



OEA

III FÓRUM

DESAFIOS ATUAIS PARA O PODER JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO

22 a 24 de agosto de 2024
Foz do Iguaçu | PR

*O evento será realizado em português e espanhol.
A programação está sujeita a alterações.*

Local: Grand Carimã Resort & Convention Center, Foz do Iguaçu

*Curso presencial gratuito com vagas limitadas!
Os pedidos de participação devem ser enviados até o dia 30/07/2024
pelo site <https://www.tjpr.jus.br/web/forum-oea>
Os associados das entidades apoiadoras terão prioridade na inscrição.*

22.08

PROGRAMAÇÃO

18h às 19h20 Abertura do Fórum com autoridades dos países
participantes e da OEA

19h20 às 20h Palestra do keynote Speaker



23.08

PROGRAMAÇÃO

09h às 10h

O PAPEL JURÍDICO DA OEA NO ÂMBITO DAS AMÉRICAS

Exposição do marco jurídico interamericano, bem como as formas de elaboração de normas, os mecanismos de cooperação institucional e o monitoramento do cumprimento das convenções

Painelistas:

Jean Michel Arrighi - Secretário de Assuntos Jurídicos (OEA)

Dante Negro - Diretor do Departamento de Direito Internacional (OEA)

Moderador:

Promotor de Justiça Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares (CONAMP)

10h às 11h **A função da Justiça militar nas Américas** (ENAJUM)

JUSTIÇA, DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO

Relação do Judiciário e do MP com os demais poderes do Estado. Carreira, acesso à magistratura e ao MP, formação de magistrados e membros do MP, justiça militar.

11h às 12h45 **Tema 1 - Independência de magistrados e membros do MP.**

Relações entre os Poderes.

Painelistas:

Presidente Juiz de Direito Frederico Mendes Júnior (AMB)

Presidente Promotor de Justiça Tarcísio Bonfim | O Ministério Público no quadro institucional brasileiro: desafios e perspectivas (CONAMP)

Presidente Juiz Federal Caio Marinho | O diálogo institucional como solução para os desafios atuais da magistratura federal (AJUFE)

Vice-presidente Juíza Federal Karina Perilli | Justiça e Direitos Humanos. Melhoria da qualidade das democracias e de suas instituições (AJUFE-Arg)

Procurador da República Peterson de Paula Pereira | Independência funcional dos membros do MP e a defesa do regime democrático (ANPR)

Presidente Juíza do Trabalho Luciana Conforti | Independência Judicial como postulado da democracia e proteção contra interferências econômicas (ANAMATRA)

14h45 às 15h45 **Tema 2 - A atuação judicial e ministerial na tutela dos Direitos Humanos.**

Eliminação do preconceito no sistema de justiça. Paridade de gênero.

Tutela das minorias e dos vulnerabilizados.

Painelistas:

Juíza do Trabalho Roberta Ferme | A violência contra a mulher e o novo papel do Judiciário (Corregedoria - CNJ)

Des. Federal Cristina Melo | Controle de convencionalidade nos tribunais brasileiros na temática de direitos humanos (TRF3)

Des. Marco Aurélio Bezerra de Melo | Regularização fundiária de Quilombos (EMERJ)

Secretária-Geral Adriana Alves dos Santos Cruz | O Poder Judiciário na proteção dos vulnerabilizados (CNJ)

Juiz Federal Carlos Vera Barros | A proteção processual dos direitos humanos no processo urgentes da Argentina (AJUFE-Arg)

ACESSO À JUSTIÇA

Boas práticas para incrementar o acesso e democratização da justiça e do MP; meios alternativos de resolução de conflitos, justiça itinerante, justiça e arbitragem (o juiz perante as sentenças arbitrais), justiça e desenvolvimento.

15h45 às 16h45 **Tema 1 - Atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público na**

promoção da segurança jurídica, da inovação tecnológica e dos investimentos para o

aprimoramento do ambiente de negócios e o desenvolvimento sustentável.

Painelistas:

Diretor Jurídico Walter Baere | Desenvolvimento Sustentável (BNDES)

Diretora Jurídica Lucinéia Possar (Banco do Brasil)

Conselheira do CNJ Daniela Pereira Madeira | A importância da plataforma da rede de inovação do Poder Judiciário (CNJ)

Juiz Federal Pablo Fernando Morán | Justiça, Segurança jurídica e Desenvolvimento Sustentável em Nossas Fronteiras (AJUFE-Arg)

16h45 às 17h *Intervalo*

17h às 18h15 **Tema 2 - Os novos desafios do Direito do Trabalho nas Américas.**

Painelistas:

Ministra do TST Delaíde Alves Miranda (ENAMAT)

Desembargadora do Trabalho Ana Paula Tauceda Branco (ENAMAT)

Desembargadora do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz (ENAMAT)

Presidente Procuradora do Trabalho Adriana Augusta de Moura Souza | Empreendedorismo x trabalho assalariado: estigmatização do emprego e a nova morfologia do trabalho (ANPT)

Moderador:

Presidente Ángel Cohene (Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai)

18h15 às 19h15 **Tema 3 - Boas práticas no Judiciário e no MP.**

Painelistas:

Promotora de Justiça Caroline Vaz | A atuação em rede do Ministério Público para a resolutividade de demandas e conflitos (AMP/RS)

Secretário-Geral Carlos Vinícius Alves Ribeiro | Tutela coletiva resolutiva (CNMP)

Moderador:

Desembargador Eleitoral Luciano Maia
(Diretor da Escola Judiciária do TRE-CE)

PROGRAMAÇÃO

JUSTIÇA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Trata-se de expor a necessária busca de melhores formas de cooperação entre os juízes da região em questões como a defesa do consumidor, o combate à corrupção, tutela do meio ambiente, o cibercrime ou a necessária cooperação em matéria civil e comercial.

09h às 10h Tema 1 - Poder Judiciário e MP na tutela dos direitos fundamentais, difusos e coletivos. Cenários de cooperação jurídica internacional.

Painelistas:

Juiz Federal Daniel Raupp | Pragmatismo na tomada de decisão em direito ambiental (AJUFE)

Promotor de Justiça Adriano Marcus Brito de Assis (CONAMP)

Procuradora da República Denise Abade | Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional (ANPR)

Moderador: Des Walter Barone (APAMAGIS)

10h às 10h15 Intervalo

10h30 às 12h Tema 2 - Enfrentamento à criminalidade transnacional e à organizada. Novidades e boas práticas na criação e desenvolvimento de sistemas de integridade e compliance e sua efetividade no Poder Judiciário e no Ministério Público.

Painelistas:

Juiz Federal Vlamir Costa Magalhães | Criminalidade transnacional organizada e conexão com o Poder Público (AJUFE)

Juiz Federal Valter Shuenquener | A Improbidade Administrativa como ferramenta para o enfrentamento de ilícitos: novas tendências (OEA)

Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen (TJPR)

Juiz Federal Pablo Montesi | Combate ao Narcotráfico. Questões jurisdicionais e trabalho coordenado entre o Poder Judiciário Federal e o da Província, e entre Forças de Segurança Nacional e Provincial (AJUFE-Arg)

Promotor de Justiça Marcial Celedonio Machado Orihuela | Crime organizado e meio ambiente (Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai)

Moderador: Leandro Coutinho (BNDES)

12h às 12h45 Tema 3 – O papel do Poder Judiciário e do MP em Estados situados em regiões de fronteiras.

Painelistas:

Presidente Promotor de Justiça João Ricardo Tavares | Os desafios da atuação do Ministério Público nas Regiões de Fronteira (AMP/RS)

Juiz Federal Alejandro Gallandat | O crime transfronteiriço requer uma justiça sem limites (AJUFE-Arg)

Procuradora da República Hayssa Kyrie Medeiros Jardim | Equipes conjuntas de investigação como uma das alternativas para enfrentar o crime organizado transnacional (ANPR)

12h45 à 13h30 Encerramento

Procurador-Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco (CNMP)

O “**III Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público**” é mais um fruto resultante da recente celebração de acordos de cooperação entre instituições dos países do sistema interamericano e a OEA e tem como objetivo específico incrementar o debate de temas relevantes para as carreiras da Magistratura e do Ministério Público dos países das Américas. Dando continuidade aos fóruns anteriores de Washington D.C. e de Belém do Pará, o evento de Foz do Iguaçu promoverá um democrático ambiente de diálogo para o fortalecimento institucional, da cidadania e do Estado de Direito. Neste terceiro fórum, ue tem como anfitrião o Tribunal de Justiça do estado do Paraná, haverá paineis sobre a tutela dos direitos humanos, o fortalecimento da democracia, a independência de magistrados e de membros do MP, a atuação dos tribunais situados em Estados de fronteira dentre outros temas relevantes para a consolidação de um Estado de Direito. Ao longo do terceiro fórum, teremos, assim, mais uma proveitosa oportunidade para o aprofundamento da relação de cooperação jurídica entre as instituições parceiras e seus participantes.